



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Dispositivo legal	Descrição
Resolução ICMS nº 4, de 04/04/2024	Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa HAKA EXTRATOS DA AMAZÔNIA LTDA.
Resolução ICMS nº 3, de 04/04/2024	Revoga "ad referendum" a Resolução nº 020, de 19 de dezembro de 2023, suspendendo os benefícios fiscais da empresa FERTILIZANTES TOCANTINS LTDA.
Resolução ICMS nº 2, de 28/03/2024	Revoga "ad referendum" a Resolução nº 020, de 19 de dezembro de 2023, suspendendo os benefícios fiscais da empresa FERTILIZANTES TOCANTINS LTDA.
Resolução ICMS nº 1, de 05/04/2024	Prorroga "ad referendum" o prazo de vigência da Resolução nº 002, de 26 de janeiro de 2016, que concede tratamento tributário à empresa KNAUF ISOPOR DO PARÁ LTDA.
Resolução ICMS nº 21, de 25/01/2024	Revoga "ad referendum" a Autorização nº 001/2024 concedida às empresas Systemig do Brasil Consultoria em Sustentabilidade LTDA e Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados para realizarem estudos de viabilidade, para projetos de parceria público-privada, no segmento hoteleiro no Estado do Pará.
Resolução CGP/PA nº 2, de 16/09/2024	Revoga "ad referendum" a Autorização nº 001/2024 concedida às empresas Systemig do Brasil Consultoria em Sustentabilidade LTDA e Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados para realizarem estudos de viabilidade, para projetos de parceria público-privada, no segmento hoteleiro no Estado do Pará.
Resolução CGP/PA nº 1, de 31/01/2024	Ratifica a Autorização "ad referendum" às empresas Systemig do Brasil Consultoria em Sustentabilidade LTDA e Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados, para realizarem estudos de viabilidade, para projetos de parceria público-privada, no segmento hoteleiro no Estado do Pará.
Outros Atos nº 1, de 02/02/2024	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, E O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA, VISANDO O ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL AVULSA ELETRÔNICA (NFA-E) POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Dispositivo legal	Descrição
Lei Complementar Federal	Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; prevê instituição de fundo de equalização federativa; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e a Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023.
Lei Complementar Estadual	Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 78, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará e disciplina as carreiras que a integram.
Lei Ordinária Estadual	Altera a Lei Estadual nº 10.311, de 28 de dezembro de 2023, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (CERH) e; a Lei Estadual nº 7.591, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).
Lei Ordinária Estadual	Altera a Lei Estadual nº 7.591, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).
Lei Ordinária Estadual	Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais, com ou sem a garantia da União.
Lei Ordinária Estadual	Altera a Lei Estadual nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
Lei Ordinária Estadual	Revoga a Lei Estadual nº 10.837, de 21 de dezembro de 2024, e dá outras providências.